

## AGLOMERAÇÕES E CONCENTRAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA NA BAHIA: UM ESTUDO DA INDÚSTRIA COUREIRO-CALÇADISTA PARA O PERÍODO 2010-2014

*Hugo Clapton Nogueira<sup>1</sup>; Rondinaldo Silva das Almas<sup>2</sup>; Iago Fernandes Botelho e Silva<sup>3</sup>*

**Resumo:** O artigo apresenta uma discussão sobre a industrialização baiana e, especificamente, retrata a indústria de calçados e couro. Para identificar e delimitar geograficamente municípios baianos com especialização produtiva e o grau de concentração, aplicou-se a metodologia de elaboração de coeficientes de Gini Locacionais (GL) com base nos dados RAIS/MTE (2010 e 2014) para classes da indústria CNAE 2.0, 4 dígitos por municípios. Para estas, calculou-se os Quocientes Locacionais (QL) por município do Estado e a Participação Relativa no Emprego (PRE). Para o GL, os resultados encontrados indicam que a indústria de calçados e couro na Bahia é muito concentrada espacialmente em todas as classes selecionadas. Ao se analisar o QL, no setor “Produção de Calçados de Couro”, os municípios de Itapetinga, Santo Estevão, Ipirá e Ruy Barbosa destacaram-se no cenário estadual.

**Palavras-chave:** Calçados e couro; Gini Locacional; Quociente Locacional.

**Abstract:** This article presents a discussion about Bahia’s industrialization and, more specifically, it portrays the footwear and leather industry. In order to identify and delimit geographically Bahia’s municipalities with productive specialization and degree of concentration, the methodology for the elaboration of Locational Gini coefficients (GL) based on RAIS / TEM (2010 e 2014) data was applied to CNAE 2.0 industry classes, 4 digits per municipalities. For these, the author calculated the Locational Quotients (QL) by municipality of the State and the Relative Participation in Employment (PRE). For the GL, the results indicate that the shoe and leather industry in Bahia is very spatially concentrated in all selected classes. When analyzing the QL, for the "Production of Leather Footwear" sector, the municipalities of Itapetinga, Santo Estevão, Ipirá and Ruy Barbosa stood out in the state scenario.

**Key-Words:** Footwear and Leather; Locational Gini; Locational Quotients.

Códigos JEL: O18; R5; R12;

---

<sup>1</sup> Graduado do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Pós-graduando em Gestão da Cadeia Produtiva do Café – Ênfase em Sustentabilidade - da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: [hugo.consultoriavca@gmail.com](mailto:hugo.consultoriavca@gmail.com). Tel: (77) 98807-4419.

<sup>2</sup> Doutor em Planejamento Regional pela Universidade de Barcelona (UB). Professor Adjunto da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: [rondinaldoalmas@gmail.com](mailto:rondinaldoalmas@gmail.com).

<sup>3</sup> Graduado do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). E-mail: [iagofernandes1@hotmail.com](mailto:iagofernandes1@hotmail.com)

## Introdução

O Estado da Bahia enfrentou um forte processo de estagnação econômica entre o final do século XIX e os anos 1950, que só foi superado com as políticas de planejamento responsáveis pela sua industrialização entre as décadas de 1950 e 1980. Com traços visíveis das teorias de Perroux (1977) e Hirschman (1961) no direcionamento das políticas públicas – teorias dos polos de crescimento e a geração de efeitos positivos ‘para frente’ e ‘para trás’ (*linkage effects*) –, os principais empreendimentos desse período foram a Refinaria Landulpho Alves (RLAM) na década de 1950, o Centro Industrial de Aratu (CIA), na década de 1960 e o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC) na década de 1970. A década seguinte, marcada pelo contexto nacional de hiperinflação e estagnação econômica, mostrou a necessidade de mudança na especialização de bens intermediários adquirida nas quatro décadas anteriores.

A partir da década de 1990, a economia brasileira conseguiu reestabelecer parte do equilíbrio macroeconômico que havia perdido na década anterior, e, em consequência disso, passou também a atrair novos investimentos. Através de ações do seu Governo, a Bahia, na tentativa de se beneficiar desse processo, bem como desconcentrar sua produção – tanto setorial como geograficamente –, incentivou a instalação de empresas de bens finais. Foi nesse contexto que os investimentos da indústria coureiro-calçadista surgiram com maior monta no Estado, inclusive no interior. Esses empreendimentos têm as suas matrizes produtivas principalmente na região Sul/Sudeste do Brasil e foram responsáveis por um dos maiores investimentos industriais durante o processo de diversificação produtiva.

Com base em indicadores de concentração geográfica, segundo classes da indústria coureiro-calçadista e da localização dessas atividades nos 417 municípios baianos, o presente trabalho busca identificar o nível de concentração desse setor nos anos de 2010 e 2014 e, posteriormente, realizar comparação dos dados. Além disso, busca delimitar espacialmente as cidades que possuem especialização produtiva, além de mostrar em que medida as políticas de incentivos fiscais e os objetivos do governo baiano foram alcançados na indústria coureiro-calçadista.

Para alcançar esses objetivos, com base no modelo síntese de Isard (1960), será aplicado o Quociente Locacional (QL) utilizando a Classificação Nacional de Atividade Econômica, versão 2.0 (CNAE 2.0), para identificar em qual(is) município(s) baiano(s) existe(m) uma relativa especialização no setor estudado. Outro método empregado será o Gini Locacional (GL), baseado na proposta de Krugman (1991), que, por sua vez, indicará entre as sete classes estudadas (curtimento e outras preparações de couro, fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material, fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente, fabricação de calçados de couro, fabricação de calçados de material sintético, fabricação de calçados não especificados anteriormente e fabricação de partes de calçados de qualquer material), em que medida tais classes estão ou não concentradas do ponto de vista espacial.

O trabalho está dividido, além dessa introdução e das conclusões, em mais três seções: na primeira será discutido o processo de industrialização baiano, especificamente o setor de calçados/couro e os incentivos fiscais que beneficiaram o seu desenvolvimento; na segunda seção, serão abordados os procedimentos metodológicos utilizados para se alcançar os objetivos propostos; e na terceira, serão tratados os resultados do QL e GL para as classes, bem como a discussão dos resultados.

## **Industrialização concentrada e implementação do setor coureiro-calçadista na Bahia**

### **A industrialização baiana**

A Bahia, apesar de ter sido o primeiro território a desenvolver atividades econômicas no Brasil, encontra-se na ‘periferia’ das unidades federativas, em termos de desenvolvimento econômico e relevância para a produção nacional. A mudança da capital para o sudeste do país e a consolidação do café como produto gerador de divisas externas permitiu ao Estado de São Paulo, e ao restante da Região Sudeste, passar por um processo de industrialização com forte apoio do governo federal, que propiciou as condições macroeconômicas e a injeção concentrada de recursos. A industrialização da economia tornava-se necessária para o cenário econômico brasileiro, já que grande parte das nações havia se industrializado e, então, transformado a sua matriz produtiva através da migração de bens agrícolas para a produção de bens industriais.

Em meados do século XX, a Bahia passava por um período de atraso na sua produção industrial. Vários autores tentaram entender esse processo, que ficou conhecido na literatura como ‘enigma baiano’, expressão cunhada por Pinto de Aguiar (1977, *apud* TEIXEIRA; GUERRA, 2000) ou ‘involução industrial da Bahia’, com preferiu chamar Dias Tavares (1966, *apud* TEIXEIRA; GUERRA, 2000). A questão que se punha era a seguinte: como explicar que, durante o século XIX, o estado tinha uma indústria de transformação relativamente diversificada, mas nas décadas de 1940 e 1950 havia apenas concentração no setor alimentício (padarias, torrefação de café, moinhos), enquanto os setores têxtil e fumageiro sofriam com estagnação?

Neste cenário, a partir da segunda metade da década de 1950, sob forte inspiração da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e, posteriormente, sob influência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), as primeiras experiências planejadas de desenvolvimento industrial foram implementadas na Bahia, como forma de promover o desenvolvimento econômico do estado com base na atividade industrial. Estes órgãos, quanto às políticas de desenvolvimento regional, tinham clara influência das obras dos autores do ‘desenvolvimento desequilibrado’, principalmente Perroux (1977) e Hirschman (1961). Baseadas nas contribuições teóricas destes autores, várias políticas de implantação de atividades industriais se seguiram, capitaneadas pelo governo do estado em conjunto com órgãos federais e internacionais.

O primeiro grande projeto industrial implantado na Bahia foi a refinaria de petróleo Landulfo Alves – Mataripe (RLAM), no município de São Francisco do Conde, na Região Metropolitana de Salvador (RMS), que entrou em operação em 1956 sob a coordenação da recém-criada estatal petrolífera brasileira, a Petrobrás. O marco inicial desta refinaria foi a descoberta de gás e óleo nos campos do Recôncavo baiano, na década de 1940, que motivaram o Conselho Nacional do Petróleo, antes mesmo da criação da Petrobrás, a elaborar o projeto de construção da refinaria.

Já no início da década de 1960, sob influência direta da Sudene, o governo da Bahia lançou mão de uma série de instrumentos de incentivos fiscais que objetivavam promover a industrialização do estado, principalmente a produção de bens de consumo final. Assim, em 1966, como resultado da ‘política de desconcentração’ promovida pelo governo baiano, foi criado o Centro Industrial de Aratu (CIA), no município de Simões Filho, localizado na RMS. A proximidade com a capital do estado facilitava o acesso a portos, rodovias, ferrovia, energia e água.

A despeito do notável crescimento da produção industrial baiana nesse período, foi a partir da década de 1970 que o estado começou a mostrar maior feição para as atividades industriais, perdendo sua identidade agroexportadora apoiada na produção de cacau. Neste contexto, vários empreendimentos foram implantados na Bahia, com destaque para o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), outro projeto industrial localizado na RMS, no município de Camaçari. Antes mesmo do COPEC, o município de Feira de Santana, mais por uma ação municipal do que estadual, criou em 1970 o Centro Industrial do Subaé (CIS), sendo o primeiro centro industrial da Bahia localizado fora da RMS. Com a entrada do governo do estado no projeto, juntamente com a Sudene, o CIS foi concebido para funcionar como um núcleo de apoio e complementação do CIA e de Salvador, de onde está separado por apenas 108 quilômetros, e dava atenção especial à instalação de pequenas e médias empresas. Em 1983, a Autarquia CIS foi transferida para a esfera estadual.

Aliado ao COPEC e ao CIS, a Bahia, ainda como parte do projeto de desconcentração econômica lançado pelo II PND do governo federal, promoveu a criação de vários outros centros industriais no interior do estado (chamados pelo governo de ‘distritos industriais’) em 1974, concedendo, para isso, incentivos fiscais e creditícios. O principal critério que definiu as cidades receptoras dos projetos foi seu papel como polarizadoras regionais, considerando a sua centralidade na hierarquia funcional urbana do estado com base em variáveis como o seu peso demográfico, localização estratégica no sistema viário, infraestrutura básica e potencial aglutinador das atividades econômicas regionais (SPINOLA, 2003). Os municípios contemplados foram Ilhéus, Vitória da Conquista, Juazeiro e Jequié.

Spinola (2003) destaca que o estado experimentou grande ritmo de crescimento econômico do final da década de 1960 até o início dos anos 1980, apresentando taxas anuais médias de crescimento do PIB superiores a 7% ao ano, chegando a 11,3% em 1978 e 11,1% em 1980. Já Teixeira e Guerra (2000) destacam a segunda metade da década de 1970 como emblemática deste processo, já que a taxa média de crescimento do PIB baiano neste período foi de 9,7%, sendo que a indústria de transformação impressionava, com crescimento de 32,0% em 1977; 12,9% em 1978; 29,4% em 1979; e 26,6% em 1980.

Pessoti e Silva (2011), em estudo sobre os ciclos econômicos da Bahia entre 1975 e 2010, destacam o período 1975-1986 como uma fase de notável aceleração do crescimento, impulsionado pela indústria de transformação – concentrada na RMS – e a produção nos ‘distritos industriais’, destacando também outras atividades desenvolvidas no interior do estado, a exemplo da produção agropecuária (feijão e cenoura na região de Irecê; expansão da produção de café na região da Chapada Diamantina; e expansão significativa da pecuária e algodão no Vale do Iuiú) e mineração. Apesar dessa ‘diversificação espacial’, este período marca o aumento da concentração econômica na Região Metropolitana de Salvador.

Ao contrário do período 1975-1986, quando houve crescimento da participação relativa da Bahia na economia nacional, o período 1986-1992 foi marcado pela redução desta participação, de 5,0% em 1985, para 4,1% em 1992, de acordo com Pessoti e Silva (2011). Isso ocorreu, principalmente, pela estagnação da economia baiana, comparativamente com o período anterior, e pela forte expansão da economia da região Centro-Oeste do país (formada pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e o Distrito Federal), notadamente na produção pecuária e agroexportadora.

Os mesmos autores comentam que período que vai de 1992 a 2000 destacou-se pela recuperação da economia baiana, com maior diversificação produtiva e aceleração da tentativa de desconcentração da produção rumo ao interior do estado iniciada no final do período anterior. Um fato marcante deste período foi a implementação do Plano Real – um



plano de estabilização da economia que visava acabar com o problema crônico da inflação que tomou proporções gigantescas a partir dos anos 1980.

Finalmente, o período 2000-2010 caracterizou-se pela manutenção do crescimento e diversificação industrial. A política de atração de indústrias conduzida pelo governo estadual permitiu a instalação de uma montadora de veículos (Ford) no município de Camaçari, grande geradora de valor agregado, bem como uma gama de empresas do setor calçadista, importantes geradoras de empregos.

A implantação da fábrica da Ford em Camaçari atraiu vários sistemistas, inclusive de outros países, acarretando, assim, efeitos multiplicadores para a economia baiana e consolidando a indústria automobilística. No entanto, como colocam Pessoti e Silva (2011, p. 29), “a ‘bairianização’ dos veículos ainda é pequena tal qual o montante de empregos diretos gerados *vis a vis* o montante dos investimentos, devido aos grandes recursos tecnológicos utilizados na produção”. Além da produção automobilística na RMS, a Bahia atraiu para o Extremo Sul a Veracel Celulose, atualmente a maior produtora mundial de celulose.

Além disso, como ressaltam Teixeira e Guerra (2000), a Bahia teve uma dinâmica econômica “exógena” – pois a indústria instalada é, em grande medida, resultado de políticas governamentais voltadas para a desconcentração regional, baseadas em isenções fiscais e outras concessões e com forte participação de capitais exógenos – e “espasmódica” – resultado de surtos de investimentos, como a Refinaria Landulfo Alves, o Centro Industrial de Aratu, o Complexo Petroquímico de Camaçari e o Complexo Automotivo.

A política de atração de investimentos foi um instrumento importante para a evolução do setor privado, criando economias externas de aglomeração e incentivando a chegada de outras firmas. Ademais, o processo de equilíbrio fiscal foi crucial para o sucesso do programa de incentivos, porquanto possibilitou ao Estado realizar investimentos em infraestrutura e adquirir recursos de terceiros para financiar o investimento público, colocando a economia baiana em um novo patamar industrial. Segundo Oliveira (2008 p. 53), “é em um contexto de Guerra Fiscal que ocorre o processo de superação da estagnação econômica que o Estado da Bahia vinha passando na década de 1980 e de desconcentração de sua malha industrial, sobretudo a partir da década de 1990”.

Entre os investimentos realizados na indústria baiana no período 2000-2010, podem-se destacar os observados na Tabela 1.

Durante o período entre 2003 e 2010 a média de crescimento do Produto Interno Bruto baiano foi de 4,3%, sem sofrer grandes oscilações no período, mantendo a participação da Bahia na economia nacional com média de 4,1% (BRASIL, 2012). Um ponto que chama a atenção é a concentração do volume de investimentos em alguns setores específicos, como os de papel e celulose, fabricação e montagem de veículos automotores, produtos químicos, borracha e plástico e alimentos e bebidas.

O que se percebe, portanto, é que não houve grandes mudanças na matriz produtiva do Estado, como as que ocorreram com a implantação do COPEC na década de 1970. De acordo com Pessoti e Silva (2011, p. 31) “o incentivo fiscal, no caso baiano, foi uma espécie de contrapartida”, já que serviu apenas para compensar a baixa infraestrutura baiana. Mas foi importante, pois esses elementos foram fundamentais para que o capital industrial fosse atraído.

Tabela 1: Investimentos industriais por atividade econômica na Bahia entre 2000 e 2010

<b>Atividade Econômica</b>	<b>Volume (R\$ 1,00)</b>	<b>Empresas</b>	<b>Emprego direto</b>
Agroindústria	5.041.000	1	30
Alimentos e Bebidas	2.251.095.095	136	29.724
Artefatos de couros e calçados	871.283.252	80	41.419
Borracha e plástico	2.061.448.844	108	12.022
Construção	807.000.000	4	1.800
Edição, impressão e gravações	8.500.000	1	56
Eletricidade, gás e água quente	1.551.086.000	7	343
Equip. Médicos, ópticos, de automação e precisão	35.446.491	8	1.685
Extração de minerais não metálicos	20.000.000	1	20
Extração de petróleo e serviços correlatos	93.400.000	2	-
Fabricação e montagem de veículos automotores	3.515.000.000	1	5.000
Fumo	13.974.260	3	280
Máq. Escritório e equip. informática	159.386.308	52	3.136
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	59.720.000	5	880
Máquinas e equipamentos	436.246.586	21	3.546
Material eletrônico e equipamentos de comunicações	169.685.470	23	4.866
Metalurgia básica	891.064.463	18	1.594
Minerais não metálicos	628.142.599	40	5.627
Móveis e indústrias diversas	338.336.756	34	11.512
Outros	2.480.000	1	52
Outros equipamentos de transporte	16.940.370	12	587
Papel e celulose	19.185.031.499	28	14.411
Peças e acessórios veículos automotores	463.079.726	19	2.414
Pesca, aquicultura	45.500.000	2	3.100
Petróleo e derivados	25.034.860	6	418
Produtos de madeira	459.175.464	6	399
Produtos de metal – exclusive máquinas e equipamentos	463.710.423	25	1.720
Produtos químicos	7.225.023.663	120	6.759
Reciclagem	38.154.500	8	313
Têxtil	779.294.742	33	6.077
Vestuário e acessórios	91.883.339	13	3.892
<b>Total</b>	<b>42.711.165.710</b>	<b>818</b>	<b>163.682</b>

Fonte: COINC/SICM, apud Pessoti e Silva (2011, p. 30).

### **A indústria coureiro-calçadista**

A chegada da indústria coureiro-calçadista na Bahia é decorrente da política de atração de investimentos por meio de isenção fiscal. Este setor caracteriza-se por ser intensivo em mão de obra não qualificada, baixo padrão de inovação, investimento inicial baixo e oferta de insumos relativamente abundante, de baixo custo e de fácil aquisição. O setor também se caracteriza por não existirem barreiras significativas à entrada e à saída, porquanto existe expressivo número de firmas que trabalham de maneira artesanal e baixa presença de médios/grandes empreendimentos. Portanto, os custos de transação existentes são baixos,

devido à baixa complexidade na produção de calçados padronizados. Assim, a implantação de uma indústria coureiro-calçadista baseia-se, sobretudo, na produção ao menor custo possível. Mesmo assim, de acordo com Spinola (2008, p. 156):

Embora haja bastante disponibilidade de couro no Brasil, sua indústria tem deficiências no que se refere à baixa qualidade, pouca diferenciação de produtos, custos elevados e alto índice de perdas e gastos no acabamento. Tais problemas resultam das condições de criação e abate dos animais e do beneficiamento do couro nos curtumes, o que tem levado algumas empresas a se verticalizarem ao incorporar a fase de curtume a sua produção.

De maneira objetiva, a Figura 1 mostra a relativa simplicidade existente na indústria coureiro-calçadista. Inicialmente se encontra o abate dos animais e o curtimento do couro, que irá ingressar na indústria, sendo que a linha de montagem é composta por um maquinário específico, formas de madeira e um setor químico para adequação desse couro curtido. Os moldes específicos podem dar origem a diversos produtos como calçados, bolsas, carteiras, cintos, malas etc. Com a introdução de design, componentes metálicos, componentes sintéticos e de borracha e a colocação de etiquetas, as empresas diferenciam seus produtos.

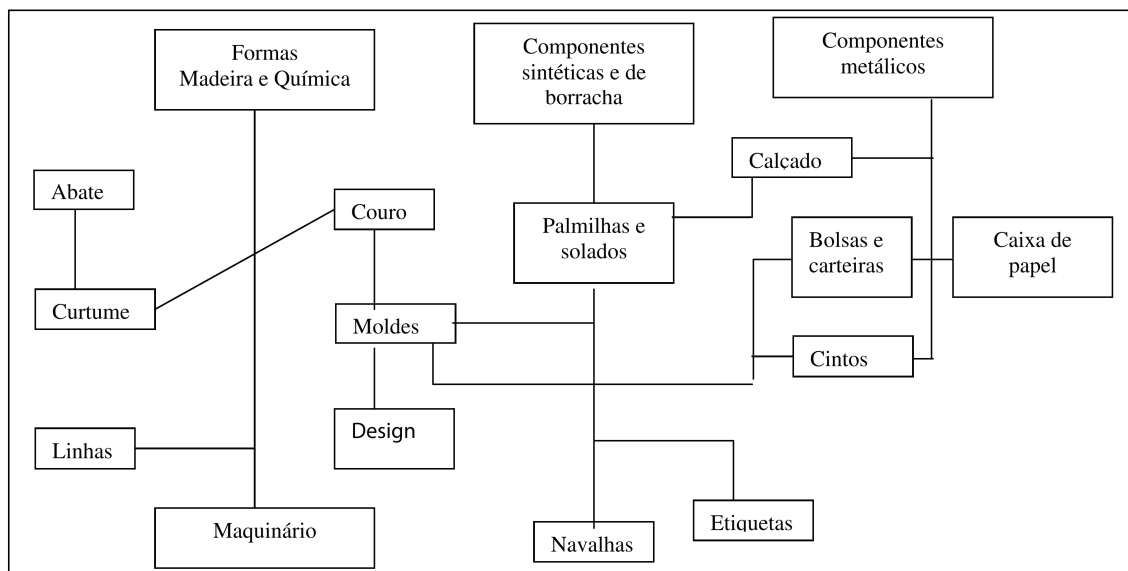


Figura 1: Fluxograma da produção de calçados

Fonte: Sebrae (2005) apud Spinola (2008, p. 156).

A indústria coureiro-calçadista que se instalou na Bahia tem origem principalmente na região Sul/Sudeste do Brasil e foi responsável por um dos maiores investimentos no Estado durante o processo de diversificação produtiva, gerando grande quantidade de empregos diretos (Tabela 1). Por haver grande mobilidade dos fatores produtivos, as empresas encontraram, sobretudo no Nordeste, condições para enfrentar a concorrência internacional acirrada. É visível que a produção de calçados está inserida numa divisão internacional do trabalho, na qual o Brasil participa como ofertante de calçados padronizados e, portanto, de baixo valor agregado, tendo como principais compradores os países da América do Sul. Em

contrapartida, EUA, Itália e a França se inserem como produtores de calçados de alto valor agregado, através da especialização e diferenciação de produtos.

Baseando-se na constatação do uso intensivo em mão de obra, o segmento coureiro-calçadista gerou na Bahia, entre 2000 e 2010, em média um posto de trabalho para cada R\$ 21.035,84 investidos<sup>4</sup>. Este valor investido é muito inferior à média da indústria baiana, que é de um posto de trabalho para cada R\$ 260.939,90 investidos<sup>5</sup>. Segundo a Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, 80 empresas que exploram a atividade instalaram-se na Bahia, com investimento total, entre 2000 e 2010, de R\$ 871.283.252,00 (Tabela 1).

Por outro lado, a política de manter o câmbio levemente apreciado para combater a inflação gerou resultados ruins para a indústria brasileira. Deste modo, como a economia baiana é voltada para exportação de bens intermediários e *commodities*, o Estado da Bahia foi fortemente prejudicado.

A taxa de câmbio brasileira, nos anos de 2010 e 2011, esteve bastante apreciada, impactando negativamente as vendas ao exterior. As exportações baianas de calçados tiveram o seu pico entre os meses de julho/2012 e agosto 2012. Ademais, a partir de julho/2013, o câmbio se desvalorizou, porém tal fator positivo não foi suficiente para a retomada das vendas. Pode-se perceber que no período de abril/14 a julho/14 houve uma retração, mas posteriormente houve recuperação no segundo semestre do ano a partir da retomada do câmbio. Apesar de existir essa leve melhora, as transações de calçados com o resto do mundo desaceleraram devido à retração nas transações em nível mundial e ao acirramento da concorrência internacional.

O setor coureiro-calçadista representa importante segmento da economia baiana, pois é responsável pela admissão de milhares de funcionários, contribuindo para a dinamização da economia através da geração de emprego e renda, sendo responsável pela pulverização de parcela dos investimentos totais na indústria. De acordo com Oliveira (2013, p. 193):

A indústria de calçados foi, sem dúvida, a principal responsável pelas mudanças no padrão locacional da indústria baiana, promovendo uma evolução significativa no processo de interiorização da indústria estadual, mas contribuindo de forma limitada no processo de desconcentração efetiva da atividade industrial.

A indústria coureiro-calçadista da Bahia encontra-se, atualmente, em processo de reestruturação com a saída de algumas unidades da empresa Azaléia do estado, no ano de 2012. A despeito disto, os 18 galpões que abrigavam as suas fábricas já foram ocupados por empresas do setor calçadista, incorporando também a mão-de-obra local qualificada. Em agosto de 2015, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC), o estado possuía 54 unidades industriais fabricantes de calçados e 25 fabricantes de acessórios como bolsas, cintos, carteiras e outros, responsáveis pela geração de 27.384 postos formais de trabalho (no ano de 2013) em 32 municípios. Essas empresas exportaram, em 2014, 3,3 milhões de pares, gerando uma receita de vendas externas de US\$ 54,3 milhões em calçados e componentes, com um total de importações de US\$ 8,7 milhões (em 2014). A produção total de pares de calçados, no ano de 2012, foi de 43 milhões de pares, para um volume de investimentos de R\$ 29,9 milhões no mesmo ano (BRASIL, 2015).

<sup>4</sup> Este valor é obtido utilizando os dados da Tabela 1, ao se dividir a coluna "Volume" pela coluna "Emprego direto".

<sup>5</sup> Valor também obtido conforme a nota anterior.



Através de métodos quantitativos (Gini Locacional – GL; Quociente Locacional – QL; e Participação Relativa no Emprego – PRE), este artigo buscará mostrar o nível de (des)concentração da indústria coureiro-calçadista, e, logo, de parte importante da indústria baiana. Além disso, objetiva-se mostrar os municípios que se especializaram na produção desse bem. A seção seguinte descreverá estes métodos, bem como os demais procedimentos metodológicos adotados.

## Procedimentos metodológicos

O trabalho utilizará a base de dados da RAIS/MTE, com o objetivo de elaborar indicadores de concentração geográfica segundo classificação industrial e de localização de atividades industriais. Apesar das limitações do uso desta base de dados (como a captação, apenas, dos empregos formais), ela possui larga utilização em pesquisas em que a variável chave é o emprego, além de possuir grande nível de desagregação setorial.

Com relação aos indicadores de concentração e localização das atividades econômicas, estes são alguns dos métodos mais utilizados no estudo da análise regional, já que permitem verificar a distribuição espacial, as especializações regionais e o fenômeno de concentração e desconcentração regional.

Um primeiro indicador é o Quociente Locacional, que identificará municípios especializados na produção do setor estudado. Haddad (1989, p. 232-233) assim expressa a formulação deste indicador:

$$QL = \frac{\frac{E_{ij}}{E_{tj}}}{\frac{E_{ir}}{E_{tr}}}$$

Em que:

$E_{ij}$  é o emprego no setor  $i$  na região  $j$ .

$E_{tj}$  é o emprego em todos os setores na região  $j$ .

$E_{ir}$  é o emprego do setor  $i$  na região (estado, país) de referência  $r$ .

$E_{tr}$  é o emprego em todos os setores na região de referência  $r$ .

Considera-se como atividades ou setores regionais básicos (de exportação) aqueles que apresentarem valor do QL superior a 1, pois estes setores teriam uma produção superior àquela de que a região necessita, sendo orientada para exportação inter-regional, o que marca a especialização relativa da região. Se os valores do QL estiverem bem acima de 1, indicam especialização relativa muito maior do que a economia de referência. Neste sentido, o QL funcionaria como um indicador de que a região, sendo considerada especializada numa determinada atividade econômica, possui vantagens competitivas locais que a tornam especializada.

Diferentemente, se o QL for inferior à unidade, as atividades são consideradas residenciais (não básicas), capazes de abastecer, somente, o consumo interno. Valores que estejam muito abaixo de 1 indicam uma especialização relativa muito maior na economia de referência.

A variável emprego tem sido amplamente utilizada neste método, tendo em vista a uniformidade de comparação no tempo e entre setores, fácil disponibilidade etc. No entanto, é comum a utilização de variáveis como valor adicionado, produção etc., de acordo com a natureza do problema que se está analisando. Conforme aponta Haddad (1989), esta medida é bastante útil em uma fase exploratória dos estudos regionais para estabelecer padrões locacionais e tendências de mudanças nestes padrões, mas não suficiente para indicar os fatores que produziram aqueles padrões.

Os dados do QL e da Participação Relativa do Emprego (PRE) serão utilizados para determinar se as atividades existentes podem ser caracterizadas como algum tipo de aglomeração. Para essa caracterização, tomou-se por base os procedimentos metodológicos utilizados por Teixeira, Guerra e Araújo (2011), que expressam a Participação Relativa do Emprego (PRE) como:

$$PRE = \frac{N_r E_{ij}}{N_r E_{iBA}}$$

Em que:

$N_r E_{ij}$  é o número de empregados do setor  $i$  na cidade  $j$ ;

$N_r E_{iBA}$  é o número de empregados do setor  $i$  na Bahia.

Com base nessas referências, as aglomerações foram divididas em quatro categorias:

1. Núcleos de desenvolvimento setorial-regional ( $5,3 \leq QL < 1.000$ ;  $0,13 \leq PRE < 1$ )
2. Vetores avançados ( $1,4 \leq QL < 5,3$ ;  $0,13 \leq PRE < 1$ )
3. Vetor de desenvolvimento local ( $5,3 \leq QL < 1.000$ ;  $0 \leq PRE < 0,13$ )
4. Embrião de sistema local de produção ( $1,4 \leq QL < 5,3$ ;  $0 \leq PRE < 0,13$ )

Neste trabalho, a atividade econômica analisada é o setor de couro e calçados do estado da Bahia entre os anos de 2010 e 2014, utilizando como variável-base o emprego formal nos setores definidos segundo a CNAE 2.0.

Suzigan *et al.* (2003) aponta que, embora o QL seja amplamente utilizado, deve ser visto com cautela, dadas as suas limitações, particularmente o fato de não ser adequado para identificar especializações em regiões em que a estrutura produtiva é mais diversificada, como é o caso dos municípios que compõem as regiões metropolitanas. Ademais, regiões mais pobres podem apresentar graus muito elevados de especialização devido à presença de uma unidade produtiva, apesar de haver dimensões pequenas. A fim de corrigir estas distorções, utilizar-se-á o QL em conjunto com o Gini Locacional (GL), o que permitirá definir uma nova medida de concentração geográfica de uma determinada atividade. Esta formulação foi proposta por Krugman (1991), que o aplicou à indústria americana.

Para o cálculo do Gini Locacional, serão ordenados de forma decrescente os Quocientes Locacionais (QLs) com base na variável emprego. A partir daí, será possível construir a Curva de Lorenz para cada setor, colocando no eixo vertical as porcentagens acumuladas da variável base em cada setor por município, e no eixo horizontal, as porcentagens acumuladas da mesma variável para o total da indústria por município (SUZIGAN *et al.*, 2003). A curva de Lorenz é conforme aparece na Figura 2.

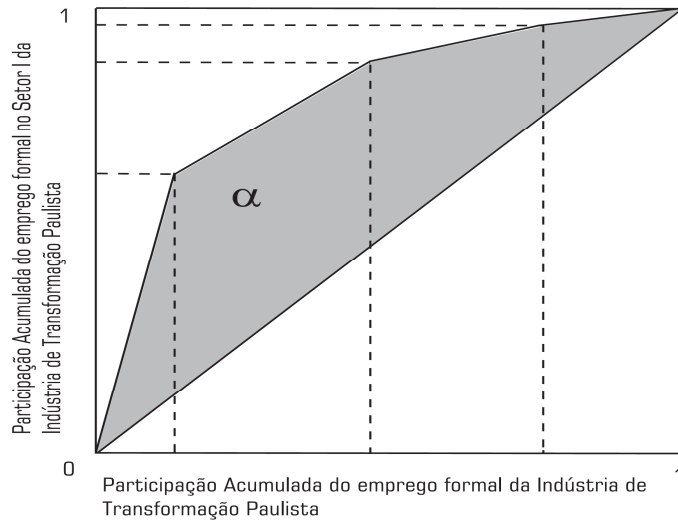


Figura 2: Curva de localização e área de concentração (Curva de Lorenz)

Fonte: Suzigan et al. (2003, p. 48).

Após a determinação do valor da área hachurada ( $\alpha$ ), basta aplicar a fórmula do Gini Locacional (GL) abaixo, que é baseada, claro, no Coeficiente de Gini, um importante instrumento para medir desigualdades e concentrações de fenômenos:

$$GL = \frac{\alpha}{0,5} = 2\alpha$$

O Coeficiente de Gini Locacional (GL) é uma ferramenta de análise da concentração espacial, pois utiliza o índice de Gini tradicional, empregando o método do Quociente Locacional (QL) para mensurar a concentração espacial de uma atividade econômica. Está compreendido entre 0 e 1, sendo que, quanto mais próximo de 1, mais concentrado é territorialmente, e quanto mais próximo de 0, mais desconcentrado é territorialmente a atividade econômica. Logo, o GL pode auxiliar na verificação da concentração, mas não tem a capacidade de identificar onde está localizada a concentração econômica.

## Resultados e discussão

A aplicação dos Coeficientes de Gini Locacionais nos anos de 2010 e 2014 permitiu que se chegasse aos resultados constantes na Tabela 2. Percebe-se que, nos dois períodos, havia forte concentração espacial de todas as classes da CNAE 2.0 ligadas à indústria de couro e calçados da Bahia. Os coeficientes GL apresentaram valores bastante próximos a 1, podendo-se afirmar que a presença de atividades deste setor encontram-se, sobretudo, em algumas poucas cidades do Estado, havendo baixa dispersão deste segmento.

Tabela 2 – Coeficiente GL (vínculos) para a indústria de couro e calçados no estado da Bahia – MTE/RAIS – 2010 e 2014

Classe CNAE 2.0 - Indústria de Couro e Calçados	RAIS/MTE 2010	RAIS/MTE 2014
Curtimento e outras preparações de couro	0,994525034	0,996066572
Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	0,989668715	0,993596793
Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente	0,994836620	0,993759761
Fabricação de calçados de couro	0,958871096	0,965629018
Fabricação de calçados de material sintético	0,993898755	0,995445908
Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	0,993302702	0,992208233
Fabricação de partes para calçados, de qualquer material	0,992994325	0,991086330

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE/RAIS 2010 e 2014 (BRASIL, 2016).

Apesar de o processo de consolidação da indústria baiana ter sido executado através da concentração da infraestrutura e dos investimentos na RMS – causando o efeito aglomeração –, no que se refere à indústria coureiro-calçadista o modelo de produção é intensivo em mão de obra de baixa qualificação e os insumos não possuem nenhuma especificidade elevada. Isso porque o processo produtivo é caracterizado por forte presença artesanal, não compensando a automatização completa do segmento devido à abundante oferta de trabalhadores que recebem baixa remuneração. Outro fator importante para a estratégia de localização da indústria baiana é a facilidade de acesso aos insumos adequados para a produção fabril.

Com base na comparação dos dois períodos de análise, verificaram-se apenas pequenas alterações na concentração e na desigualdade. A indústria ainda continua mal distribuída, quando se trata de especialização das atividades.

Deve-se destacar que, no período em análise, houve acirramento da concorrência devido ao ingresso dos calçados asiáticos, sobretudo os chineses, a partir do ano de 2011. A estrutura institucional destes países favorece a entrada da produção de suas empresas ao redor do mundo. A característica dos calçados produzidos é de baixo valor agregado, aliado com custos operacionais reduzidos e câmbio extremamente desvalorizado, sendo determinante na disputa direta com a produção doméstica. Por exemplo, uma das grandes empresas empregadoras na região de Itapetinga fechou fábricas em muitos municípios, como Itambé, Caatiba, Itororó, Firmino Alves, Macarani, entre outros, além de reduzir, também, o contingente de empregados na fábrica-mãe, no próprio município de Itapetinga. A tabela 3 apresenta os dados para os dois períodos.

Apesar da abertura de novas fábricas na indústria de couro e calçados, com destaque para as localizadas na microrregião de Vitória da Conquista, no sudoeste baiano, os dados da tabela 3 mostram a acentuada redução de 36,6% do emprego formal, entre os anos de 2010 e 2014, sendo que cinco das sete classes da CNAE 2.0 apresentaram crescimento negativo, destacando-se Fabricação de partes de calçados, de qualquer material (-90,3), Fabricação de calçados de couro (-36,3%) e Curtimento e outras preparações de couro (-19,1%).

A Tabela 3 também permite verificar que, apesar da perda de 36,3% nos empregos formais da indústria de couro e calçados, a classe Fabricação de calçados de couro conseguiu aumentar a sua participação no total de empregos de todo o setor, passando de 84,8% para 85,2%. Isso pode ser explicado pela perda de postos de trabalho no setor como um todo, mas principalmente pela queda de 90,3% nos empregos da classe Fabricação de calçados, de qualquer material, que perdeu participação no total de empregos no setor, saindo de 5,5% para 0,8%. Na verdade, todas as classes tiveram aumento de participação no emprego setorial devido a esse fenômeno.

Tabela 3 – Empregos totais e por classe na indústria de couro e calçados e taxas de crescimento – 2010-2014

Classe CNAE 2.0 – Setor Indústria de couro e calçados	Empregos dos Setores na Bahia			Empregos da Classe na Bahia				
	2010	2014	2014/2010 (%)	2010		2014		2014/2010 (%)
				Total	% no setor	Total	% no setor	
Curtimento e outras preparações de couro	42.500	26.961	-36,6	1.328	3,1	1.075	4,0	-19,1
Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material				687	1,6	768	2,8	11,8
Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente				1.149	2,7	951	3,5	-17,2
Fabricação de calçados de couro				36.041	84,8	22.963	85,2	-36,3
Fabricação de calçados de material sintético				362	0,9	302	1,1	-16,6
Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente				598	1,4	675	2,5	12,9
Fabricação de partes para calçados, de qualquer material				2.335	5,5	227	0,8	-90,3

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE/RAIS 2010 e 2014 (BRASIL, 2016).

As limitações do GL tornam necessária a utilização dos Quocientes Locacionais (QL) e da Participação Relativa do Emprego (PRE), com vistas à identificação dos municípios onde tais atividades estão localizadas e à verificação do nível de especialização destes. Embora a utilização do QL e da PRE também possua limitações metodológicas, o uso dos três métodos, em conjunto, pode revelar resultados importantes para esta análise. Por exemplo, pode-se verificar que, exceto a classe “Fabricação de calçados de couro”, as demais atividades de fabricação de calçados geram uma quantidade reduzida de empregos formais. Sendo assim,



para identificação dos municípios especializados, levou-se em consideração aqueles que apresentaram o maior coeficiente locacional. A Tabela 4 demonstra os indicadores locacionais e discrimina as regiões mais especializadas em cada classe, nos anos de 2010 e 2014. Desta tabela, algumas considerações merecem destaque.

No ano de 2010, os municípios de Itapetinga, Santo Estevão e Itororó se destacaram, porquanto possuíam, respectivamente, 13.880, 2.739 e 1.699 empregos na classe “Fabricação de calçados de couro”, apresentando QLS de 37,3, 28,0 e 30,9. Isso indica forte concentração espacial da produção. Por outro lado, pode-se perceber que os municípios de Cachoeira (275,3), Serrolândia (376,3), Coração de Maria (265,9), Conceição do Almeida (232,2), Ipirá (98,4), Presidente Tancredo Neves (307,1), Conceição do Coité (173,1), Poções (109,4), Valente (241,3) e Serrinha (87,0) possuem QL elevado pelo fato de a classe ter baixo número de empregos formais ou pelo fato de os próprios municípios, devido à reduzida atividade econômica, possuírem um estoque de vagas de emprego baixo. As PRE do setor no município e do setor local na classe da indústria ratificam a análise.

No ano de 2014, os municípios de Itapetinga e Santo Estevão continuaram se destacando, porém de maneira negativa, apesar de terem perdido, respectivamente, 61,56% e 18,73% dos postos de trabalho na classe CNAE “Fabricação de calçados de couro”. Em contrapartida, o município de Ruy Barbosa teve elevação no volume de empregos formais de 60,52%, durante o período investigado. Por fim, outro destaque cabe ao município de Ipirá, que aparece na classificação dos maiores QLS da classe, pelo fato de possuir 1.533 postos de trabalho. Ademais, pode-se verificar que a classe continua sendo fundamental para a manutenção dos trabalhadores empregados, haja vista, por exemplo, que os municípios de Itapetinga, Santo Estevão e Ipirá, que possuíam mais de 6.000 postos de emprego, correspondente a 38,9%, 36,2% e 20,4%, respectivamente, da PRE do setor no município.

Por outro lado, percebe-se que os municípios que possuíam QLS elevados, em 2010, permaneceram em 2014, com exceção de Serra Preta (681,6), Anguera (313,0) e Muritiba (144,0). As explicações para tal fenômeno, em 2014, são idênticas ao período de 2010. O Quadro 1 demonstra o enquadramento das categorias de aglomeração para os municípios baianos, conforme proposta de Teixeira, Guerra e Araújo (2011).

Para o ano de 2010, foram identificados oito municípios categorizados como “Núcleo de desenvolvimento setorial-regional”, ou seja, como atividade que possui potencial real para alavancar a economia da região. O ano de 2014 apresentou o mesmo número de municípios nesta categoria, porém com a exclusão de Firmino Alves, Itororó, Macarani e Valente e a inclusão de Conceição do Almeida, Ipirá, Santa Luz e Serrolândia. Quanto aos municípios de Firmino Alves, Itororó e Macarani, deve-se considerar que estão localizados na microrregião de Itapetinga, que, como já mencionado, abriga uma grande fábrica que fechou filiais nestes e em outros municípios, contribuindo, assim, para a perda de relevância destas localidades no cenário estadual.

O ano de 2010 também apresentou dezesseis municípios classificados como “Vetores de desenvolvimento local”, um município a mais do que o número apresentado para esta categoria no ano de 2014. Destaque para os municípios de Conceição do Almeida e Serrolândia, que em 2010 estavam classificados nesta categoria, mas foram “promovidos” a “Núcleos de desenvolvimento setorial-regional” no ano de 2014. Municípios como Anguera, Boquira, Serra Preta e Tucano passam a fazer parte desta categoria em 2014, enquanto Jequié e Poções, entre outros, deixam de aparecer categorizados segundo esta análise. Já as categorias “Vetores avançados” e “Embrião de sistema local de produção” não apresentaram nenhum município que se encaixasse em suas características nos períodos analisados.

Tabela 4 – Indicadores de localização e concentração dos principais municípios produtores da indústria de couro e calçados da Bahia – 2010 e 2014

Classe CNAE 2.0 - Indústria de Couro e Calçados	2010						2014					
	Município	Empregos no Setor no Município	Total de Empregos no Município	QL	PRE no setor do município na classe da indústria (%)	PRE do setor no município (%)	Município	Empregos no Setor no Município	Total de Empregos no Município	QL	PRE no setor do município na classe da indústria (%)	PRE do setor no município (%)
Curtimento e outras preparações de couro	CACHOEIRA	566	3.264	279,3	42,6	17,3	CACHOEIRA	600	3.444	384,5	55,8	17,4
	JUAZEIRO	397	28.695	22,3	29,9	1,4	ALAGOINHAS	317	25.637	27,3	29,5	1,2
	ALAGOINHAS	281	20.817	21,7	21,2	1,4	BOQUIRA	4	1.210	7,3	0,4	0,3
							JUAZEIRO	105	34.614	6,7	9,8	0,3
Fabricação de artigos para viagem, bolsas e semelhantes de qualquer material	SERROLÂNDIA	109	902	376,3	15,9	12,1	SERROLÂNDIA	122	931	404,8	15,9	13,1
	CORACÃO DE MARIA	139	1.628	265,9	20,2	8,5	CORACÃO DE MARIA	149	1.472	312,7	19,4	10,1
							IPIRÁ	58	7.524	23,8	7,6	0,8
Fabricação de artefatos de couro não especificados anteriormente	CONCEIÇÃO DO ALMEIDA	157	1.259	232,2	13,7	12,5	IPIRÁ	327	7.524	108,4	34,4	4,4
	IPIRÁ	232	4.388	98,4	20,2	5,3	TUCANO	65	3.236	50,1	6,8	2,0
	ITABUNA	537	38.661	25,9	46,7	1,4	ITABUNA	463	41.850	27,6	48,7	1,1
Fabricação de calçados de couro	ITAPETINGA	13.880	22.071	37,3	38,5	62,9	RUY BARBOSA	1.472	3.266	46,6	6,4	45,1
	FIRMINO ALVES	662	1.085	36,2	1,8	61,0	ITAPETINGA	5.336	13.729	40,2	23,2	38,9
	ITORORÓ	1.699	3.260	30,9	4,7	52,1	SANTO ESTEVÃO	2.226	6.142	37,5	9,7	36,2
	SANTO ESTEVÃO	2.739	5.808	28,0	7,6	47,2	CONCEIÇÃO DO ALMEIDA	463	1.692	28,3	2,0	27,4
	RUY BARBOSA	917	2.645	20,6	2,5	34,7	SANTALUZ	480	2.296	21,6	2,1	20,9
	MACARANI	701	2.070	20,1	2,0	33,9	IPIRÁ	1.533	7.524	21,1	6,7	20,4
	TEIXEIRA DE FREITAS	237	22.985	60,9	65,5	1,0	SERRA PRETA	93	1.072	681,6	30,8	8,7
Fabricação de calçados de material sintético	CORACÃO DE MARIA	10	1.628	36,3	2,8	0,6	CONCEIÇÃO DO COITÉ	47	5.962	61,9	15,6	0,8
	JEQUIÉ	94	22.076	25,2	26,0	0,4	CORACÃO DE MARIA	10	1.472	53,4	3,3	0,7
	PRES. TANCREDO NEVES	97	1.130	307,1	16,2	8,6	PRES. TANCREDO NEVES	174	1.628	375,7	25,8	10,7
Fabricação de calçados de materiais não especificados anteriormente	CONCEIÇÃO DO COITÉ	276	5.684	173,7	46,2	4,9	ANGUERA	48	539	313,0	7,1	8,9
	POÇÕES	77	2.517	109,4	12,9	3,1	CONCEIÇÃO DO COITÉ	270	5.962	159,2	40,0	4,5
	CANDEAL	6	470	45,7	1,0	1,3	MURITIBA	86	2.099	144,0	12,7	4,1
	VALENTE	748	2.840	241,3	32,0	26,3	MURITIBA	11	2.099	54,8	4,9	0,5
Fabricação de partes para calçados de qualquer material	CONCEIÇÃO DO COITÉ	645	5.684	104,0	27,6	11,4	CRUZ DAS ALMAS	62	11.952	54,2	27,3	0,5
	SERRINHA	791	8.332	87,0	33,9	9,5	SERRINHA	33	8.431	40,9	14,5	0,4
	TEOLÂNDIA	53	777	62,5	2,3	6,8	PORTO SEGURO	101	26.779	39,4	44,5	0,4

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do MTE/RAIS 2010 e 2014 (BRASIL, 2016).

Quadro 1 – Potencial da indústria coureiro-calçadista nos municípios baianos (2010/ 2014)

CATEGORIA	2010	2014
Núcleos de desenvolvimento setorial-regional ( $5,3 \leq QL < 1.000$ e $0,13 \leq PRE < 1$ )	Cachoeira Firmino Alves Itapetinga Itororó Macarani Ruy Barbosa Santo Estevão Valente	Cachoeira Conceição do Almeida Ipirá Itapetinga Ruy Barbosa Santa Luz Santo Estevão Serrolândia
Vetores avançados ( $1,4 \leq QL < 5,3$ e $0,13 \leq PRE < 1$ )	-	-
Vetores de desenvolvimento local ( $5,3 \leq QL < 1.000$ e $0 \leq PRE < 0,13$ )	Alagoinhas Candeal Conceição do Almeida Conceição do Coité Coração de Maria Ipirá Itabuna Jequié Juazeiro Poções Pres. Tancredo Neves Serrinha Serrolândia Teixeira de Freitas Teolândia	Alagoinhas Anguera Boquira Conceição do Coité Coração de Maria Cruz das Almas Ipirá Itabuna Juazeiro Muritiba Porto seguro Pres. Tancredo Neves Serra Preta Serrinha Tucano
Embrião de sistema local de produção ( $1,4 \leq QL < 5,3$ e $0 \leq PRE < 0,13$ )	-	-

Fonte: Elaboração própria com base nos resultados da pesquisa.

Apesar de os municípios de Coração de Maria, Conceição do Almeida, Santa Luz, Serra Preta, Conceição do Coité, Anguera e Muritiba apresentarem QLS elevados, apresentam participação relativamente baixa nos empregos dos setores em que estão enquadradas no ano de 2014, em relação ao ano de 2014. Isto porque, a despeito da atividade possuir importância crucial na participação dos empregos na região, sendo “especializados municipalmente”, não são especializados em termos estaduais, pois não possuem expressividade em termos de empregos absolutos. Suzigan *et al.* (2003, p.51) chamam a atenção para situações como esta:

A análise com base nos quocientes locais merece cuidado redobrado quando se trata de regiões muito pouco importantes em termos industriais, o que significa que têm uma estrutura produtiva bastante simples, com poucas empresas. Nestas regiões, o QL tende a superestimar qualquer concentração (por menos relevante que seja).

Devido à diminuição no estoque de emprego, e à remodelação da alocação do emprego na indústria coureiro-calçadista baiana, apenas os municípios de Itapetinga e Jequié possuem elevada participação no emprego do setor, sendo acompanhados, mais recentemente, por municípios como Alagoinhas, Ipirá, Ruy Barbosa, Santo Estevão e Vitória da Conquista.

## Conclusões

A concentração da economia baiana, durante as décadas de 1950 e 1980, é um processo conhecido e cujas consequências são discutidas atualmente. Porém, o processo que se iniciou nos anos 1990, com a produção interiorizada de bens leves, vem auxiliando, ainda que de maneira insuficiente, a inversão desse contexto. Os dados aqui analisados permitiram verificar que a indústria coureiro-calçadista, que participou do 4º ciclo de expansão da economia baiana, tem contribuído para essa evolução devido a vários motivos, principalmente às suas características de forte intensidade na utilização de mão-de-obra, disponibilidade de matéria-prima abundante e, sobretudo, às baixas barreiras à entrada.

Outro importante ponto que deve ser mencionado é que a entrada da Bahia nas políticas de incentivos da atividade econômica e industrial, através de incentivos financeiros, pode ter sido um importante passo para modificar esse quadro de concentração setorial e geográfica na RMS. A indústria coureiro-calçadista se beneficiou de programas como o Desenvolve, o Crédito Presumido e o Procomex, e foi, sem dúvida, a principal responsável pelas mudanças no padrão locacional da indústria baiana, promovendo uma evolução significativa no processo de interiorização da indústria estadual, mas contribuindo de forma limitada no processo de desconcentração efetiva da atividade industrial.

Especificamente, o setor coureiro-calçadista representa importante segmento da economia baiana, pois é responsável pelo emprego de milhares de trabalhadores. Além disso, através da geração de emprego e renda, tornou-se responsável pela pulverização de parcela dos investimentos totais na indústria pelo fato de ter-se instalado, principalmente, no interior do Estado.

Contudo, a indústria local sofreu com as políticas industriais em termos nacionais, aprofundada com a concorrência dos calçados asiáticos e pelo câmbio relativamente apreciado, que acentuou a perda de competitividade. Tais fatores resultaram em demissões e fechamento de fábricas, o que provocou uma nova alocação do emprego no interior da Bahia. Todavia, com base na comparação entre os anos de 2010 e 2014, pode-se afirmar que a indústria coureiro-calçadista, na Bahia, ainda permanece espacialmente concentrada em termos do emprego formal.

A despeito disso, é um importante gerador de renda no interior do Estado, pois municípios como Itapetinga, Itororó e Santo Estevão, por exemplo, possuíam somente na classe CNAE “Fabricação de calçados de couro”, respectivamente, 62,9%, 52,1% e 47,2% dos empregos formais dos municípios gerados diretamente por essa atividade em 2010. Em 2014, os municípios em destaque no mesmo segmento foram: Ruy Barbosa, Itapetinga, Santo Estevão e Ipirá com 45,1%, 38,9%, 36,2% e 20,4%, respectivamente.

Outro fator importante foi a perda significativa do número de empregos da indústria coureiro-calçadista na Bahia. Em 2010, havia 42.500 postos de emprego ocupados, e no ano de 2014, reduziu-se para 26.961, perda de 36,1%, em termos relativos, e 15.539 em termos absolutos. Tal fator se deve, especialmente, à classe CNAE “Fabricação de calçados de couro” que teve uma redução de 13.078 postos de trabalho, representando um decréscimo de 36,3%, porquanto a classe possuía 36.041 vagas, em 2010, e passou a ter 22.963, em 2014. Todavia, devido à perda geral no setor coureiro-calçadista, essa classe aumentou sua participação entre os anos de 2010 e 2014, saindo de 84,8% para 85,2% no que se refere ao emprego formal.

Por fim, vale ressaltar que a indústria coureiro-calçadista, tem um modelo de produção intensivo em mão-de-obra de baixa qualificação e os insumos não possuem nenhuma especificidade elevada. Isso porque o processo produtivo é caracterizado por forte presença artesanal. Além disso, a indústria local foi beneficiada pelo baixo custo para a instalação das

empresas, incentivos fiscais e oferta de plantas produtivas, abundância de insumos e migração das empresas do Sul/Sudeste do país. Isso faz com que a indústria possua, diferentemente dos EUA, França e Itália, uma produção com baixo valor agregado. Desse modo, uma política regional de incentivo do aumento do valor agregado na produção coureiro-calçadista baiana pode representar o salto necessário para uma maior dinâmica do setor.

## Referências

- Brasil (2016). Ministério da Fazenda. Séries temporais. Disponível em: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>>. Acesso em: 10/04/2016.
- Brasil (2016). Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. AliceWeb. Disponível em: <<http://alicesweb.mdic.gov.br/>>. Acesso em: 10/04/2016.
- Brasil (2016). Ministério do Trabalho e Previdência Social. Programa de Disseminação das Estatísticas do trabalho. Relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Disponível em: <<http://acesso.mte.gov.br/portal-pdet/home/>>. Acesso em: 23/03/2016.
- Brasil (2012). Banco Central do Brasil. Boletim Regional. Economia Baiana: estrutura produtiva e desemprego recente. Brasília: 2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/htms/relinf/port/2014/06/ri201406P.pdf>>. Acesso em: 29/07/2014.
- Brasil (2012). Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Panorama setorial: couro e calçados. Agosto, 2015. Disponível em <http://investimentos.mdic.gov.br/public/arquivo/arq1447101639.pdf>. Acesso em 26/07/2016.
- Haddad (1989), P. R. Medidas de localização e de especialização. In: Haddad, P. R. (Org.). Economia regional: teorias e métodos de análise. Fortaleza: BNB.
- Hirschman, A. (1961). Estratégia do desenvolvimento econômico. 1ª ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Isard, W. (1960). Methods of regional analysis. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press.
- Krugman, P. (1991), Geography and trade. Cambridge: MIT Press.
- Medeiros, E. (2006). Política fiscal e seus efeitos no desenvolvimento regional do Estado da Bahia: um estudo sobre os incentivos fiscais no Estado da Bahia no período de 1994 a 2005. Salvador: Universidade Salvador. Dissertação (Mestrado em Análise Regional e Urbana).
- Oliveira, A. S. (2013). A concessão de incentivos fiscais e o processo de desconcentração e diversificação da indústria de transformação baiana. In: Revista Desenbahia, nº18, p. 171–197, Salvador. setembro.
- Oliveira, A. S. (2008). O papel da política industrial baseada na concessão de incentivos fiscais no processo de desconcentração e diversificação da indústria baiana no período de 1996 a 2006. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração). Salvador.
- Perroux, F. (1977). O conceito de polo de crescimento. In: Schwartzman, J. (Org.) Economia regional: textos escolhidos. Belo Horizonte: Cedeplar/UFMG.
- Pessoti, G. C., Silva, D. V. (2011). Análise dos ciclos econômicos da Bahia entre 1975 e 2010. In: Revista Desenbahia, nº 15, p. 7–36. Salvador, setembro.



Spinola, N. D. (2003). Política de localização industrial e desenvolvimento regional: a experiência da Bahia. Salvador: Universidade Salvador.

Spínola, V. (2008). Indústria de calçados: características, evolução recente e perspectivas para o segmento baiano. In: Revista Desenharia, nº 8, p. 153–174. Salvador, março.

Suzigan, W., Furtado, J., Garcia R., Sampaio, S. E. K. (2003). Coeficientes de Gini locacionais – GL: aplicação à indústria de calçados do Estado de São Paulo. In: Revista Nova Economia, v.13, p. 39-60. Belo Horizonte, jul./dez.

Teixeira, F., Guerra, O. (2000). 50 anos de industrialização na Bahia: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. In: Bahia Análise & Dados. Salvador: SEI, n. 10, v. 1, julho.

Teixeira, F., Guerra, O., Araújo, S. (2011). Limites para uma dinâmica endógena na economia baiana. In: Bahia Análise & Dados, n. 2, v.21, p. 235–252. Salvador, abr./jun.